

O presidente João Goulart
(ao centro) desembarca em
São Paulo. O ano é 1963



Restrição às remessas de lucro influenciou golpe militar de 1964

Decisão de João Goulart de proibir o envio de lucros desagradou empresas e desencadeou a crise política

Na carona de um crescimento econômico de 7,5%, o envio de lucros para o exterior no ano passado só perdeu para o volume registrado em 2008, no começo da crise mundial. Enquanto o Brasil decola em termos econômicos, as empresas estrangeiras que investem no país remetem lucros maiores às matrizes. Esse cenário, contudo, era inimaginável há cinco décadas. Não porque o Brasil era pouco rentável para a iniciativa privada — pelo contrário. Pouco antes do golpe militar, entre 1963 e 1964, o presidente João Goulart chegou a proibir as remessas para controlar o déficit em conta corrente do país.

Segundo levantamento baseado em dados do Banco Central, em 1961, quando Goulart assumiu o poder no lugar de Jânio Quadros — que se varreu para fora do governo ao renunciar ao cargo — o potencial de remessas para o exterior era de US\$ 70 milhões, dos quais a metade era enviada para as matrizes e o restante, reinvestido.

Como o foco da política era voltado para a nacionalização dos mercados, com o objetivo de pro-

Em 1961, o potencial das remessas ao exterior era de US\$ 70 milhões, dos quais metade era enviada para as matrizes das multinacionais

mover desenvolvimento econômico e social, o então presidente consolidou o programa Reformas de Base. Nos dois primeiros anos de governo, para estimular o investimento no Brasil, Jango taxou as remessas de lucro para o exterior. Depois, as proibiu. A medida, claro, não agradou a iniciativa privada.

“As remessas são como as multinacionais podem reaver investimentos — e o Brasil só se industrializou por causa da abertura de capital”, afirma o professor de economia Rubens Sawaya, da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). “Obviamente, as companhias não queriam ser dominadas pelo governo, contribuindo para o desequilíbrio político que resultou no golpe de 1964”, afirma.

Com inflação e dívida externa elevada e sem perspectivas de reequilíbrio das contas públicas, as empresas não se sentiam estimuladas a reinvestir os lucros no Brasil. Embora o sucesso do golpe independesse do setor privado, os militares que assumiram o poder não mexeram com o investimento estrangeiro. Entre o “milagre

econômico” (1969 a 1974), durante o governo de Emílio Médici, houve abertura para o crédito internacional, que facilitava investimentos em bens de capital para a indústria nacional. “O movimento de estabilização da economia tornou o reinvestimento interessante para as multinacionais”, diz Fernando Ribeiro, professor de economia do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper).

Segundo dados do Banco Central, durante o ‘milagre econômico’, os lucros e dividendos das empresas cresceram, acompanhando a instalação de novas multinacionais no país. Isso elevou a taxa de reinvestimento para 70% do potencial de remessas. A bonança, contudo, não durou muito.

No auge da insatisfação popular e de índices inflacionários recordes, a instabilidade econômica volta a preocupar o empresário e a taxa de reinvestimento cai para 37% em 1984, e continua em queda nos anos seguintes até chegar a 1,7% em 1998. Daí para frente, o dado não foi mais atualizado pelo Banco Central. ■ **Redação**

VETADO

55%

era a parcela dos lucros das multinacionais que virava reinvestimento produtivo em 1961, ano em que Jango assume e toma medidas contra a saída de capital estrangeiro.

RECORDE 1

77%

foi o recorde de reinvestimento de lucro das multinacionais no Brasil. Ele foi atingido em 1962, um ano antes de Jango proibir as remessas para o exterior.

RECORDE 2

72,6%

foi a segunda maior taxa de reinvestimento da história, atingida em 1971, durante o governo Médici.